

Bloco informal vai apoiar Governo sem tirar líderes

Ao manifestar aos quatro líderes políticos sua simpatia pela formação de um bloco governista informal na Câmara, ainda que isso deva ocorrer já, o presidente Fernando Collor demonstrou compreender uma clara mensagem recebida das lideranças nos últimos dias: a construção de um bloco formal, conforme prevista no regimento da Casa, não serviria ao objetivo de aplainar as relações com o Legislativo, porque implicaria a perda de privilégios dos líderes dos partidos que integrariam o bloco.

Com a mudança, eles passariam a vice-líderes de bloco, o que significaria ficar sem vantagens

como franquia postal e telefônica e, para um partido com a representação atual do PDS, por exemplo, o afastamento de cerca de 20 funcionários.

Os líderes admitiram a possibilidade de formação de um bloco formal de apoio ao Palácio do Planalto, a exemplo do que já foi acertado por Collor com o Senado. Para isso, porém, seria necessária uma alteração no Regimento Interno da Câmara: caso contrário os próprios líderes rejeitariam a idéia.

"Esse bloco pode existir, desde que não afete as lideranças", disse o líder do PDS, deputado

Amaral Netto (RJ), que saiu da audiência convencido de que essa é a fórmula aceita pelo Governo. O líder do PRN, deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), apresentou-se como autor da idéia, afirmando que foi instruído pelo Presidente a "estudar a formação de um bloco que não prejudique as lideranças".

O líder do Governo em exercício, deputado Humberto Souto (PFL-MG), disse que a discussão sobre o bloco de sustentação governista "tem de ser aprofundada, para que se saiba se o bloco vai querer eleger o presidente da Câmara".